

O que as legislações educacionais nos dizem (ou não) sobre o ensino de variação/mudança linguística na Educação Básica? Reflexões a partir de análises documentais

Kleverson Gonçalves Willima^{1*}; Sweder Souza²

¹*Centro Universitário FAEL*; ²*Centro Universitário FAEL*

*kleverson.w@gsuite.iff.edu.br

A língua é, ao mesmo tempo, um instrumento de dominação e uma importante ferramenta para afirmação/reconhecimento da identidade pessoal e coletiva. Consoante a isso, a presente pesquisa se propôs a verificar, em documentos legais como a BNCC, a LDB e os PCN, a indicação da importância e/ou necessidade de se ensinar/reconhecer a diversidade da língua através da abordagem da Teoria da Variação e Mudança – Sociolinguística Variacionista – que visa, basicamente, estudar/analisar/compreender a variação/mudança linguística. Objetivou-se, com essa abordagem, mostrar que o (re)conhecimento e o estudo dessas partes fundamentais da língua são necessárias e importantes não só para a realização de provas de concurso e vestibular e para a análise de determinados fenômenos linguísticos, mas também para a vida, em sentido geral, de todas as pessoas. A fim de adquirir instrumentos teóricos à análise sociolinguística pretendida – a partir das pesquisas bibliográfica e documental empreendidas –, alguns autores foram essenciais; por exemplo: Stella M. Bortoni-Ricardo, Marcos Bagno, Louis-Jean Calvet, Pierre Bourdieu, Dante Lucchesi e William Labov. Nesse sentido, foi possível observar, através das abordagens adotadas nesta pesquisa, a relativa importância que os documentos norteadores da Educação dão à variação linguística e ao ensino dessa realidade intrínseca a todas as línguas naturais e vivas. Entretanto, percebeu-se também a falta de um trabalho contínuo e mais amplo desse caráter variável que as línguas possuem. Na maior parte das vezes, os conteúdos abordados no escopo da variação nos documentos supracitados são muito limitados a uma aula específica sobre variação linguística e a determinados fenômenos sociolinguísticos, mas que estão, com frequência, desvinculados da corrente teórica que sustenta o tratamento dessa realidade linguística (a Sociolinguística). Portanto, as conclusões, decorrentes da pesquisa empreendida conjuntamente às discussões bibliográficas, são as seguintes: é necessário, obviamente, que o ensino da variação seja feito e durante toda a Educação Básica, não se restringindo a apenas uma série e/ou uma aula específica; esse ensino deve abarcar o máximo de características possível, em todos os níveis de análise linguística (fonético-fonológico, morfossintático, lexical e outros) e em todas as dimensões que forem possíveis (regional, histórica, geracional, estilística e outras); torna-se urgente a revisão do olhar dado à variação nas legislações.

Palavras-chave: Ensino, Legislação Educacional, Sociolinguística.

Instituição de fomento: Centro Universitário FAEL.